



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM ESTUDO DE CASO  
DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO MUNICÍPIO DE  
BARCARENA-PA**

**Fryda Vingren Jaster de Oliveira <sup>1</sup>**

Abaetetuba - PA

2022

<sup>1</sup> Aluna de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – Campus Abaetetuba. E-mail: fryda.v.oliveira@gmail.com

FRYDA VINGREN JASTER DE OLIVEIRA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM ESTUDO DE CASO  
DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO MUNICÍPIO DE  
BARCARENA- PA**

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado como requisito para obtenção de Grau de Licenciada em Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação em Ciências Sociais, Campus de Abaetetuba.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima

Abaetetuba - PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

O48a Oliveira, Fryda Vingren Jaster de.  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO : um  
estudo de caso de uma aluna com deficiência auditiva no município  
de Barcarena- Pa / Fryda Vingren Jaster de Oliveira. — 2022.  
15 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Maria do Socorro Pereira Lima  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de  
Pedagogia, Abaetetuba, 2022.

1. Educação Inclusiva Deficiência Auditiva Surdos. 2.  
Intérprete de libras. 3. Deficiência Auditiva . 4. Surdos. I.  
Título.

CDD 370

---

FRYDA VINGREN JASTER DE OLIVEIRA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM ESTUDO DE CASO  
DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO MUNICÍPIO DE  
BARCARENA- PA**

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado como requisito para obtenção de Grau de Licenciada em Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação em Ciências Sociais, Campus de Abaetetuba.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima

DATA DE APROVAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

NOTA: \_\_\_\_\_

---

Dra. Maria do Socorro Pereira Lima  
Orientadora

Abaetetuba-PA

2022

## RESUMO

O presente artigo aborda os desafios que surdos enfrentam na escola para se incluírem no processo de ensino-aprendizagem de uma turma de ensino regular no município de Barcarena-Pará. Tem-se como objetivo elaborar um plano de AEE (Atendimento Educacional Especializado), por meio do ensino de Libras, que possa atender os alunos a partir das suas necessidades de aprendizagem. Como método de análise, assumimos um estudo de caso, que para o seu desenvolvimento recorreu à entrevista realizada com os pais de uma aluna específica e com a própria aluna. Espera-se com este estudo, entender quais as dificuldades de um aluno surdo em sala de aula. Com base nos dados verificamos que o ensino de Libras não deve ser de alcance apenas do aluno surdo, mas também, do professor, visto que nem sempre o aluno conta com intérprete de Libras para apoiá-lo no entendimento das aulas, além disso, isso significa dizer que as escolas que se propõem à inclusão precisam do acompanhamento de pessoas especializadas para comunicação desses alunos surdos, com o propósito de facilitar a sua aprendizagem de forma efetiva.

Neste estudo utilizamos entrevistas semiestruturadas com a família da aluna e com a própria aluna que descreveu a trajetória estudantil desde seu primário ao estado atual, o ensino médio.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Intérprete de libras; Deficiência Auditiva, Surdos.

## ABSTRACT

This article deals with the challenge that the deaf face at school in order to be included in the teaching-learning process in a regular class at a school in the municipality of Barcarena-Pará. The objective of this study is to develop an AEE plan, through the teaching of Libras, that can meet the student's learning needs. As a method of analysis, we assumed a case study, which, for its development, resorted to an interview with the student's parents and with the student herself. It is expected with this study, to understand the difficulties of a deaf student in the classroom, based on Bogdan and Biklen (1994); Fonseca (2002), among others. However, based on the data, we found that the teaching of Libras should not only be available to the deaf student, but also from the teacher to the classroom teacher, since the student does not always have a Libras interpreter to support them. In the understanding of the classes, moreover, this means that the schools that propose to the inclusion need the accompaniment of specialized people for the communication of these deaf students, to facilitate their learning effectively.

**Keywords:** Inclusive Education; Interpreter of Libras; Hearing deficiency.

## INTRODUÇÃO

Ao conviver com uma colega de sala na Universidade, percebi a dificuldade dos professores e dos alunos de se relacionarem com ela à vista que, as intérpretes só reproduziam o que o professor explicava. Dessa forma, em vários momentos a aluna saía da aula sem entender determinados assuntos. Infelizmente, a situação apontada levou-a a desistir do curso de Pedagogia e migrar para o curso de Libras.

Desde então, iniciou-se uma indagação em relação aos surdos nas variadas etapas de ensino, na disciplina Legislação da Educação Básica pude realizar um estudo sobre como se dava o ensino aprendizado do aluno surdo no Município de Barcarena, então conheci a história da K.V, uma aluna que nunca teve o apoio de interprete de libras durante a vida acadêmica e através do esforço da sua família está cursando o 3º ano do ensino médio.

O estudo em questão foi realizado no ano de 2021 e a escola investigada funcionava nos horários matutino e vespertino, oferecendo o ensino médio, para acompanhar de perto a rotina da aluna em sala de aula, foram realizadas visitas semanais a escola durante um mês, período em que foi feita a observação de seu comportamento e desempenho. Buscou-se por meio de entrevista com a aluna e familiares conhecer a trajetória escolar dela, verificar quantas pessoas sabem Libras no convívio familiar, como é o AEE no 3º ano do Ensino Médio, com quantos anos a K.V. foi inserida na vida escolar, com qual idade a aluna aprendeu a escrever e ler, quanto tempo ela ficou no ensino fundamental e quando a família descobriu a surdez dela. Para melhor entendimento do percurso desta investigação, dividimos este artigo em duas partes. Na primeira, descrevemos a metodologia adotada no estudo de caso apresentado. Em seguida, revelamos os resultados por ele obtidos, acompanhados da análise e discussão dos dados.

A prática da educação inclusiva merece cuidado especial, pois estamos falando do futuro de pessoas com necessidades educacionais especiais. Antes mesmo de incluir, é importante certificar-se dos objetivos dessa inclusão, para o aluno, quais os benefícios/avanços, ele poderá ter, estando junto aos alunos da rede regular e produzir transformações.

Atualmente, a inclusão dos indivíduos com necessidades educacionais especiais é um desafio no sistema educativo brasileiro. Neste grupo enquadram-se os sujeitos surdos (SOUZA, 2002), os quais necessitam de atenção especial por parte dos educadores inseridos no seu dia a dia educacional, ou seja, na esfera escolar, uma vez que precisam do acompanhamento de

pessoas especializadas na comunicação com esse aluno, para que tenha acesso ao conhecimento.

Considerando a proposta de educação inclusiva estabelecida nas políticas educacionais, entendemos que o movimento de reorganização da escola tem que começar na educação infantil por se tratar, conforme prescrito na lei, da primeira etapa da educação. Segundo Mendes (2010, p. 47-48), os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização, etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança. No dia 24 de abril de 2002, foi homologada a lei federal que reconhece a língua brasileira de sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras. Tal lei representa um passo fundamental no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete da língua de sinais no Brasil, bem como, a abertura de várias oportunidades no mercado de trabalho que são respaldadas pela questão legal, esta lei representa uma conquista inigualável em todo o processo dos movimentos sociais surdos e tem consequências extremamente favoráveis para o reconhecimento do profissional intérprete de língua de sinais no Brasil. (QUADROS, 2004, p.15).

Descobertas científicas têm colocado em pauta a necessidade de estruturação da educação infantil para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais proporcionando-lhes oportunidades de desenvolvimento pleno de seu potencial, considerando suas especificidades. Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), a inclusão escolar deve ter início na educação infantil, quando se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global.

O Intérprete de Libras é um profissional fundamental para mediar o acesso aos conhecimentos para alunos surdos, conforme prevê a Lei 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira e mais tarde, o Decreto nº 5.626/20056, a regulamenta como primeira língua (L1) e a língua portuguesa em sua modalidade escrita como segunda língua (L2). Nesta direção, torna-se fácil compreender a demanda crescente por este profissional, já que muitos surdos ingressam a cada ano nas escolas, além daqueles que estavam fora dela por não terem como avançar em seus estudos e conhecimentos em um projeto educacional monolíngue. Eles se encaminham para o espaço escolar em busca de conhecimento sentindo-se acolhidos pela presença da Libras (Lacerda, 2010).

Na entrevista, observou-se o cotidiano em sala de aula dessa aluna que hoje está com 22 anos e que passou mais de 3 anos no 6º ano do Ensino Fundamental. A mãe relatou que a filha encontrava dificuldades desde as séries iniciais, devido ao município não ter Interpretador de Libras, professores qualificados entre outras dificuldades.

No parágrafo único da lei municipal de Barcarena, na página 15, diz:

A inclusão escolar envolve não somente princípios e procedimentos para inserção, eliminando-se barreiras e bloqueios para o acesso, mas, sobretudo, mudanças atitudinais, posturais do educador e dos grupos sociais, garantindo a permanência nas classes regulares, aperfeiçoando e otimizando a educação em benefício dos alunos com e sem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação às escolas regulares.

## **METODOLOGIA**

Para os autores Bogdan e Biklen (1994), os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos, eles tendem a analisar os seus dados de forma indutiva e o significado é de importância vital na sua abordagem. Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33)

Para a investigação do nosso fenômeno de interesse, o AEE, trazemos o estudo de caso de uma aluna com surdez profunda, realizado no ano de 2021, em uma escola da rede municipal de ensino de Barcarena/PA, no bairro Centro.

A aluna investigada no estudo de caso em questão cursava, naquele período, o 2º ano do ensino médio. A fim de coletar as informações necessárias, foram aplicados questionários com a mãe da aluna e com outros familiares. É uma pesquisa qualitativa e de abordagens com entrevistas semiestruturadas para alcançar uma subjetividade de cada entrevistado que neste caso será, a família da aluna, o procedimento da pesquisa é coleta dos dados, através das entrevistas, de observação em sala de aula e trajetória acadêmica e cotidiana da aluna.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Tão grande quanto tudo o que é humano é a educação e também tão corriqueira, tão estranha e tão terrível. Depois de tantos anos ela está viva, como os homens, a história e as culturas e não existe somente na escola e no sistema, mas na vida. (BRANDÃO, 2009).

De modo que sejam asseguradas as aprendizagens significativas em favor das pessoas surdas na escola comum, precisamos romper os vários empecilhos que, segundo Damázio (2005), impedem o desenvolvimento e provocam a repetência e evasão, ocasionando o fracasso escolar.

Desde o início de tudo e não terá fim, e por onde passamos obtemos conhecimento, desde casa até aos mais elevados lugares da vida e não pode ser tirada de nós, independente se ouvimos, se enxergamos ou se nos falta um membro do nosso corpo, todos temos direito de aprender e ensinar.

Mantoan, 2003, diz que embora a inclusão seja uma prática recente e ainda incipiente nas escolas, para que possamos entendê-la com maior rigor e precisão, é considerado suficiente para questionar que ética ilumina as nossas ações na direção de uma escola para todos, precisamos nos adequar como educadores e gestores.

Considera-se que a Comunicação Total, é toda e qualquer forma de comunicação é válida, a fim de potencializar as interações sociais. Porém, os resultados obtidos são questionáveis, já que quando observamos a pessoa com surdez na vida cotidiana vemos que a linguagem gestual e visual, textos orais e escritos e as interações sociais não contribuíram para que estes se desenvolvessem integralmente em seu meio social. Segundo Sá (1999), essa metodologia não dá o devido valor a Língua de Sinais, portanto, pode-se dizer que é outra feição do oralismo.

A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita, sendo o professor responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas.

O bilinguismo, tem como objetivo a capacitação da pessoa com surdez para uso de duas línguas no dia-a-dia de sua vida cotidiana, tanto no convívio com seus colegas na escola como em outros lugares que frequenta, sendo a Língua de Sinais a primeira língua, eixo fundamental, e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, a segunda língua. Segundo GOLDFELD (1997), o bilinguismo, tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país.

O direito a educação é tão primordial como o direito à vida, um direito inviolável, que precisa ser alcançado em sua plenitude. O primeiro marco que garante esse direito é a constituição federal de 1988 que em seu artigo 205 diz que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No entanto, percebemos que esse “todos”, nem sempre é respeitada, principalmente quando falamos da pessoa com deficiência.

Encontramos ainda no artigo 206 da constituição federal os parâmetros em que essa educação deve ocorrer.

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Destacamos o termo igualdade que é o primeiro a aparecer. Nesse sentido, visualizamos que a lei ampara de maneira correta os estudantes com deficiência, não podemos esquecer que ao destacarmos o termo igualdade, levantamos a pergunta, de fato a lei se faz valer em igualdade de condições para os alunos com deficiência?

A escola como espaço de conhecimento precisa não somente adequar suas práticas, como também sua visão sobre ela mesma, onde seu espaço de conhecimento seja capaz de ir para além de somente ensinar, a escola precisa promover pensamentos, os mais múltiplos possíveis, os mais acessíveis possíveis. Acessibilidade e inclusão significam mais que uma estrutura física acessível, mas um espaço de conhecimento acessível.

Para Morin (2011, p. 49-50) uma bela visão sobre o que é educação como:

Cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade, e que a da sua diversidade não apague a da unidade. Há uma unidade humana. Há uma diversidade humana. A unidade não está apenas nos traços biológicos da espécie *Homo sapiens*. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano. Existe também diversidade propriamente biológica no seio da unidade humana; não apenas existe unidade cerebral, mas mental, psíquica, afetiva, intelectual; além disso, as mais diversas culturas e sociedades têm princípios geradores ou organizacionais comuns. É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno (MORIN, 2011, p. 49-50).

Adverte-se, que a aquisição da língua de sinais não é por si só garantia de uma aprendizagem significativa. Da mesma forma, o processo educativo das pessoas com surdez é um problema de qualidade das práticas pedagógicas, como já foi dito anteriormente, e não um problema de uso dessa ou daquela língua. Esse ser humano precisa ser trabalhado no espaço escolar como um ser que possui uma deficiência, entendendo-se que essa deficiência provoca uma diferença que deve ser reconhecida e respeitada. Não podendo, então, justificar o fracasso nessa questão, em virtude de cairmos na cilada da diferença, conforme afirma Pierucci (1999).

Portanto, a pessoa surda é um ser capaz de construir conhecimentos, de adquirir e desenvolver os processos visuais-gestuais, leitura e escrita, e, se desejar, também, de falar. Assim, faz-se necessário discutir o bilinguismo não como algo fronteiriço, pois a pessoa surda embora utilize a LIBRAS (um sistema linguístico com características e status próprios) como língua materna, não pode ser considerado como um estrangeiro em seu país de origem (MEC/SEESP, 2007).

Considera-se que as diferenças desses alunos serão respeitadas devido a obrigatoriedade dos dispositivos legais, que determinam o direito à educação bilíngue no processo educativo e estabelecem LIBRAS e Língua Portuguesa como línguas de instrução, no entanto isso não ocorre.

O Intérprete irá mediar a comunicação entre o surdo, professores e colegas através da LIBRAS, que possibilita a interação de ambos. Quando não há essa mediação a comunicação é bloqueada. A educação é a área que mais requer deste profissional atualmente, e com isso vemos a necessidade de investir nesta formação para que possa atender a demanda, Oliveira, 2010.

Para que se possa ter tamanho da necessidade do AEE e do prejuízo ocasionado pela sua ausência descrevemos a seguir os resultados do estudo de caso da aluna. A aluna, sujeito de investigação do caso apresentado, na época do estudo tinha 21 anos de idade. Ela é natural de Barcarena –Pa e tem surdez bilateral profunda. O diagnóstico foi feito muito cedo, a um ano de idade. Sua mãe descobriu ao observar a diferença que nenhum barulho a incomodava. Para tentar verificar essa suspeita, a mãe fez o seguinte teste: deixou a criança sentada de costa, e bateu palmas ela não virava o rosto e não fazia nada. A partir desse momento, a mãe procurou um especialista, e o diagnóstico veio, não ouvia em nenhum dos ouvidos.

A aluna ingressou em uma escola normal aos 2 anos de idade, na escola Conego Batista Campos, o que só ocorreu porque a professora é amiga da família a levava para escola, no tanto só foi matriculada aos 3 anos de idade no município de Barcarena, no AEE, por ser iniciante, na sala de aula iniciou aos quatro anos com o contra turno do AEE, aprendeu a ler aos cinco anos de idade com ajuda de uma interprete amiga da família que foi seu primeiro e único contato

com interprete de libras na escola. Por não absorver nada, pois não era explicado nada a ela, apenas copiava. A aluna relata que a sala de aula é um local de silêncio total e que do seu ensino fundamental ao médio quase nada mudou, que continua sem interprete. Segundo ela, até aconteceram mudanças, mas não como deveriam, a inclusão não acontece como deveria, porque a partir do momento que uma escola recebe um aluno surdo, ela deve dar suporte para ele, se você não dá o suporte, como que esse aluno surdo vai prosseguir sem ter o seu direito garantido pela Lei, como o Intérprete de Libras por exemplo? E afirma que ainda hoje não conseguiu intérprete e que apesar de ter denunciado o município no Ministério Público, e ter passado por 5 Juízes, continuou da mesma forma que entrou na pré-escola, no silêncio, sem muito progredir.

Segundo relatou a mãe com muita tristeza que sua filha por falta de inclusão passou quatro anos no sexto ano do ensino fundamental, e que durante sua trajetória foram inúmeros os constrangimentos, um deles muito marcante e constrangedor, como ser submetida a uma prova oral, pois o professor não percebeu e nem foi informado que na sua turma havia uma deficiente auditiva.

Quanto à participação da família, percebemos um acompanhamento de sua mãe, que sempre acreditou no seu desenvolvimento e aprendizagem, além dos seus irmãos que um deles é bilíngue, sua mãe sonha em vê-la conseguir terminar seus estudos e entrar em uma universidade. Na escola, a família participava de todas as atividades oferecidas, reuniões, comemorações e estava sempre presente quando solicitada a comparecer.

Com certeza, não é empreitada fácil se comunicar com uma pessoa com surdez quando não se é habilitado para isso, assim sendo, queremos destacar aqui a preocupação inicial da escola seria de ser capaz de avaliar de forma eficaz o nível de conhecimento da aluna. Por tanto, a docente acredita que deveria existir em sala de aula um Tradutor/Intérprete, principalmente no processo de elaboração do planejamento diário, bimestral e anual. A expectativa da mesma era que a presença desse profissional ajudasse a se expressar melhor, e a utilizar LIBRAS na sua comunicação e que também pudesse ter mais autonomia em realizar as suas tarefas.

Pode-se dizer que a aluna é uma pessoa extrovertida, que gosta de aprender coisas novas, mas, por não ter sido estimulada precocemente, teve seu desenvolvimento e sua aprendizagem prejudicados no tempo hábil. A importância disso, Poker (2001) afirma que as trocas simbólicas provocam a capacidade representativa desses alunos, favorecendo o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento, em ambientes heterogêneos de aprendizagem.

No entanto, nunca foi disponibilizado um intérprete para ela em sala de aula na trajetória estudantil, aos 22 anos, ainda estudando o último ano do ensino médio, a sala de aula para a aluna, é um local de silêncio total, leitura e escrita de algo que ela não compreende, todos

os dias, ano após ano, repeti um cotidiano cansativo e triste, relata a aluna. Assim sendo, esta apreciação do estudo de caso diagnosticou a necessidade de elaboração de um plano de AEE que atenda às necessidades de aprendizagem dos alunos com surdez matriculados em escolas regulares. O plano deve contemplar o ensino de LIBRAS, o ensino em LIBRAS e o ensino de Língua Portuguesa, devendo ser viabilizado pela escola comum no AEE complementar à sua escolarização, em um turno subsequente. Destaca-se o grande valor deste plano de atendimento individualizado voltado para a pessoa surda, de modo que venha a contribuir de forma significativa para a sua vida pessoal, como cidadão com deveres a cumprir e com direitos a serem garantidos.

## **CONCLUSÃO**

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular é um dos compromissos da atual administração pública do município Barcarena, no estado do Pará, que vem realizando atos para concretização dessa proposta, tendo como princípios direcionadores a Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade e o Programa LIBRAS nas escolas. O Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), proposto para este estudo de caso tinha como objetivo oferecer para aluna que apresenta surdez bilateral profunda a oportunidade de conhecer e de se beneficiar de ambientes inclusivos de aprendizagem numa abordagem bilíngue, onde o (a) professor (a) do AEE (Atendimento Educacional Especializado) aponta uma metodologia vivencial, escolhendo os melhores procedimentos e recursos para operacionalização da aula. A escola tem como compromisso garantir acesso e permanência aos alunos com Necessidades educacionais Especiais e este tornou-se um grande desafio para toda equipe de especialistas que trabalham nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). É obrigatória, portanto, uma ampla reflexão acerca da qualidade de ensino oferecida nessas salas, a fim de que se possa dar um passo à frente no atendimento com a qualidade desejada para atender esses alunos em um ambiente de natureza pedagógica, orientados por professores reflexivos de suas práticas, que suplementam (no caso dos superdotados) e complementam (para os demais alunos) o processo de ensino-aprendizagem. Fazendo com que todo o estudo, esforço e busca por melhorias no Município não seja em vão. Pois a educação com qualidade é um direito de todos e para todos.

## REFERÊNCIAS

- BOGDAN, Roberto C. e BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- QUADROS, Ronice Muller. **O Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa** –Brasília. 2004
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Desigual, dividida, ela persiste In: **A vocação de educar algumas palavras sobre o exercício do trabalhador da educação (2009)**. p. 09.
- Brasil. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: Acesso em: 21 nov. 2021.
- CONSTITUIÇÃO, da República Federativa do Brasil, p. 160. Seção I – Da Educação (arts. 205 a 214)
- DAMÁZIO, M. F. M. **Educação Escolar de Pessoa com Surdez: uma proposta inclusiva**. Campinas: Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2005, p.117.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais** (1994), Pag. 04.
- FONSECA, João José Saraiva da, **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2002, Pag. 23.
- GARUZZI, Alessandra Pereira. **Vygotsky e a linguagem**. Disponível em <www.webartigos.com> Acesso em: 27/06/2019.
- KYLE, J. O ambiente bilíngüe: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilingüismo para surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidades da educação bilíngüe para surdos** Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 15-26.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Refletindo sobre aspectos da inclusão no Brasil. In: **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Artigo, 2006. P. 167.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos**<sup>1</sup>. Cadernos de Educação, 2010.
- LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO, Art. 27 e 28.
- LEI DE DIRETRIZES E BASES, da **educação nacional**, Art. 58 e 59, 20 de dezembro de 1996.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A questão da identidade X diferença In: **Inclusão escolar O que é? Por quê? Como fazer?** 1ª EDIÇÃO, 2003, P. 19.
- MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

OLIVEIRA, Marcela Crislane Conceição de; MESQUITA, Leila Santos de. **A Importância Do Intérprete De Libras Na Sala De Aula**, P. 04.

PERLIN, G. T. T. **Identidades surdas**. In SKLIAR, Carlos (Org.) - **A Surdez: Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre, RS: Editora Mediação, 1998. p. 51-74.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (2008).

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Educação de Surdos: a caminho do bilinguismo**. Niterói: Eduff, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado**. Deficiência Auditiva. Alessandra da Silva, Cristiane Vieira de Paiva Lima, Mirlene Macêdo Damázio – São Paulo: MEC/SEEESP, 2007. 52p. Formação Continuada à distância de professores para o atendimento educacional especializado.

\_\_\_\_\_. M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez Brasília: SEESP/SEED/MEC**, 2007, p. 26 – 45.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006

SILVA, Angélica Bronzatto ; PEREIRA, Maria Cristina; ZANOLLI, Maria de Lurdes. **Surdez: da suspeita ao encaminhamento**, 2012. Pag. 3.

VEIGA, A. et al. **Caminhos investigativos II**. Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ. 2002. cap. 6, p. 119-120.